

ISSN: 0874-9671

anais de  
história de  
além-mar

VII

ANO 2006

VII



ÉDEN DOMESTICADO  
A REDE LUSO-BRASILEIRA DE JARDINS BOTÂNICOS,  
1790-1820

por  
NELSON SANIAD \*

«Jardim - Boninal. Hospício de flora. Alardo de amenidades.  
Triunfo da Primavera. Açougue dos pobres. [...]»

RAPHAEL BLUTEAU, *Vocabulário Português e Latino*, 1712

«É incontestável que os passeios públicos de uma cidade  
podem ser incluídos no rol das necessidades essenciais  
da vida social. [...] Quando faltam esses passeios onde  
seria possível distrair-se com grande facilidade  
apenas olhando os outros flanarem, falta a necessidade  
mais indispensável de uma cidade culta.»

KARL GOTTLÖB SCHELLE, *A Arte de Passear*, 1802

### Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo a rede de intercâmbios vegetais mantida pela Coroa portuguesa entre as décadas de 1790 e 1820, período que demarca a montagem e o funcionamento dos jardins botânicos no território luso-brasileiro. Esses jardins foram criados pela Coroa em consonância com discussões mais amplas sobre a utilidade dessas instituições para o progresso das ciências e da economia, e também com o contexto político em que se viu inserida com os conflitos nacionais e internacionais que marcam a virada do século XIX<sup>1</sup>. Nosso pano de fundo, portanto, é definido pelo

\* Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi/Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil; professor do Centro Universitário do Pará. E-mail: nsaniad@museu-goeldi.br

<sup>1</sup> Sobre a relação entre ciências naturais, economia e política na segunda metade do século XVIII em Portugal e no Brasil, ver Dias, M. O. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, v. 278, p. 105-70, jan.-mar. 1968; Novais, F. A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6.ª ed., São Paulo: Hucitec, 1995; DOMINGUES,

caráter assumido pelas ciências naturais na segunda metade do século XVIII. Encaradas do ponto de vista pragmático e utilitarista, a botânica, agronomia, geologia e zoologia surgem como ferramentas para a administração colonial, para o fortalecimento e diversificação da economia, particularmente a agricultura e a mineração, e também como símbolos do Estado Moderno, racional e centralizado.<sup>2</sup>

Em Portugal, essas idéias, expressas sobretudo em princípios fisiocráticos, deram origem ou justificaram a reforma de instituições científicas e de ensino, como o complexo científico do Palácio da Ajuda, implantado em 1768 para coordenar a coleta e a classificação dos produtos naturais provenientes das colônias; a Universidade de Coimbra, que passaria a fornecer quadros científicos para o governo após a implantação dos cursos de Filosofia Natural e de Matemática, em 1772; e a Academia Real das Ciências, que a partir de 1779 passaria a sustentar e justificar as políticas econômica e científica patrocinadas pela Coroa.<sup>3</sup>

No ultramar, os reflexos dessa política fazem-se sentir de imediato. Podemos citar, por exemplo, as várias expedições com fins científicos e geopolíticos, organizadas e enviadas a vários pontos do Império, como a Amazônia, o sertão nordestino do Brasil, Moçambique e Angola<sup>4</sup>, e ainda

A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII*: política, ciência e aventura. Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991; FIGUEIRÓA, S. F. M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma História Social e Institucional*. São Paulo: Hucitec, 1997; HEYENSMANN, C. B. *As culturas do Brasil: história natural no secentos luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: IFC/SUPERJ, 2000 (Tese de Doutorado); SANJAD, N. Portugal e os intercâmbios vegetais no mundo ultramarino: as origens da rede lusobrasileira de jardins botânicos, 1750-1800. In: ALVES, J. J. A. (Org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUEPA, 2005, p. 77-101.

<sup>2</sup> O pragmatismo das ciências naturais durante o século XVIII foi estudado, dentre outros autores, por SWARÝ, E. Political, natural and bodily economies. In: JARDINE, N. et al. (eds.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 178-196; BOURCUIER, M.-N. e LICOPE, C. Voyages, mesures et instruments. Une nouvelle expérience du monde au Siècle des lumières. *Annales HSS*, Paris, n.º 5, p. 1115-1151, septembre-octobre 1997; e KURY, L. B. *Historie naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L'Harmattan, 2001.

<sup>3</sup> Sobre essas instituições, ver CASTEL-BRANCO, C. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: AAMB/Livros Horizonte, 1999; MUNITZAL FLUHO, O. *Documento Vandelli no Antifoneiro da Natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro: Departamento de História/PUC, 1993 (Dissertação de Mestrado); MUNITZAL FLUHO, O. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo: A Academia Real das Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do Antigo Sistema Colonial*. Rio de Janeiro: IFC/SUPERJ, 1998 (Tese de Doutorado); SILVA, C. P. *Garimpando Memórias: as ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX*. Campinas: IG/Unicamp, 2004 (Tese de Doutorado).

<sup>4</sup> Ver SIMON, W. J. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983; DOMINGUES, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII*: política, ciência e aventura, op. cit.; PARÇA, E. M. *Arte, Ciência e Técnica na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre Setembro de

o interesse renovado que a Coroa manifestou por coleções e inventários de fauna e flora, solicitados regularmente aos governadores locais, ou mesmo viabilizados por meio de financiamento direto, como foi o caso de Frei José Mariano da Conceição Vellozo (1742-1811)<sup>5</sup>. Nesse sentido, coleções de produtos naturais e informações geográficas e astronômicas, expressas em mapas, desenhos, roteiros, relações e memórias, ganham importância estratégica para o conhecimento e gestão do território<sup>6</sup>.

Também verificamos algumas iniciativas locais voltadas para o cultivo e ensino das ciências naturais, como a Academia Científica do Rio de Janeiro, que funcionou entre 1772 e 1779; a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, de 1786; e o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, criado em Olinda em 1798. Instituições que, embora locais, certamente estão vinculadas ao ambiente político e acadêmico mais amplo que se consolidava no Reino e se difundia pelo ultramar através de governantes, funcionários da Coroa e prelados ilustrados, bem como de livros, manuscritos, mapas, desenhos, instrumentos e ordens régias.

Podemos entender como parte desse movimento a criação da rede lusobrasileira de jardins botânicos. Ela começou a ser formada em 1796, quando D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), Ministro da Marinha e Ultramar do Príncipe Regente D. João, expediu carta circular ordenando a construção de hortos botânicos em vários pontos do Império, destinados à «educação das plantas», como então se dizia. No Brasil, recebem essas cartas os governadores do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás, mas somente um deles conseguiu criar o horto e mantê-lo funcionando por um período relativamente longo. Trata-se de D. Francisco de Souza Coutinho, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro – e irmão de D. Rodrigo.

1783 a Outubro de 1784. Campinas: IG/Unicamp, 2001 (Dissertação de Mestrado); LOPES, M. M.; SILVA, C. P.; FIGUEIRÓA, S. F. M.; PINHEIRO, R. Scientific culture and mineralogical sciences in the Luso-Brazilian Empire – the work of João da Silva Feijó (1760-1824) in Ceará. *Science in Context*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 18, n. 2, p. 201-224, 2005.

<sup>5</sup> Ver *Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo*. Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961; SANJAD, N. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Campinas: IG/Unicamp, 2001 (Dissertação de Mestrado); RAMINELLI, R. Ilustração e Patronagem: estratégias de ascensão social no Império Português. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa, v. VI, 2005, p. 297-325.

<sup>6</sup> Ver DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Seicentos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, Suplemento, 2001, p. 823-838.

### O Jardim Botânico do Grão-Pará

No início de 1798, o horto paraense já estava funcionando, junto ao antigo Hospício dos Capuchos de N. S. da Piedade, conhecido como Convento de São José (convertido em quartel do Regimento da Infantaria após a expulsão das ordens missionárias). O lugar era estratégico, pois garantia ao jardim segurança contra roubos, proximidade do centro de controle político da cidade, mão de obra dos degradados (aprisionados no quartel ao lado) e dos escravos nacionais, possibilidade de ampliação futura e facilidade de escoamento da produção. O próprio D. Francisco relatou a instalação do horto:

Junto ao Edifício que algum dia foi Convento com a invocação de S. José mandei limpar e preparar uma extensão de terreno de cinquenta braças em quadro<sup>7</sup> para o estabelecimento dos Viveiros, e da educação das Plantas que Sua Magestade, foi servida Determinar pela Carta Régia de 4 de novembro de 1796. Por esta Relação [das plantas já dispostas no terreno] verá V. Exc. que Eu me alarguei do que prescreviam as Ordens de Sua Magestade cingindo-me mais ao espírito que à letra dela pois se Sua Magestade quer fazer despesa com a educação de Plantas estranhas em Viveiros para promover a Cultura delas nos seus Reais Domínios por força de maior razão parece conforme às suas Reais intenções que a um mesmo tempo se promova a das Indígenas que se não cultivam ainda e cujos produtos se vão avulsamente procurar pelos Matos. Pelo Comandante da Fragata Gofinho remeto agora dois Pes de Árvores de Pão, e passados alguns meses poderei mandar à Real Presença, e para os Governos do Brasil alguns do Girofle [cravo da Índia], e da Canela enquanto não alcanço os mais.<sup>8</sup>

Assim escreveu o governador do Grão-Pará ao seu irmão em Lisboa, com a intenção de informá-lo sobre a execução da ordem que recebera e sobre sua iniciativa de fazer do jardim paraense um estabelecimento não só para a «educação de plantas estranhas», como a metrópole indicara, mas também para o cultivo de «plantas indígenas» coletadas nas matas, inclusive de «árvores de construção». Esse recurso florestal – que para o ministro da rainha certamente estava acima de qualquer outro explorado na Amazônia<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Cada lado do jardim media 110m, considerando uma braça igual a 2,20m, o que perfaz uma área de 12.100 m<sup>2</sup>. Cf. SEGAWA, H. *Ao Amor do Público*. Jardins no Brasil. São Paulo: FAPESP, Studio Nobel, 1996.

<sup>8</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APER), cód. 676.

<sup>9</sup> Ernesto Cruz afirma que a Corte portuguesa tinha predileção pelas madeiras da região e que muito se exportou para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Em Belém também se consumia muita madeira na construção naval, principalmente após a instalação do Arsenal de Marinha em 1761. Pelo menos três navios transoceânicos foram construídos em Belém para a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Essa atividade adquiriu tal importância no final do século que D. Francisco, em 1799, criou postos para arrematar trabalhadores para o Arsenal nas vilas de Santarém, Gurupá e Portel. Segundo Antonio Ladislau Monteiro Baena, entre 1789 e 1800 foram construídas no Arsenal «quatro fragatas, três char-

– já havia sido objeto de uma ordem régia um ano antes, quando D. Rodrigo, com o intuito de ampliar as reservas de madeira para a Marinha Real e para o comércio, determinara às várias capitâneas brasileiras «tomar todas as precauções para a conservação das matas [...] e evitar que elas se arruinem e destruam»<sup>10</sup>.

Nesse sentido, D. Francisco pretendia ver cultivadas as plantas conhecidas como drogas do sertão e as preciosas madeiras utilizadas na construção civil e náutica, substituindo, portanto, o extrativismo pela agricultura, com evidentes ganhos de produtividade. A diligência do governador foi devidamente reconhecida na Corte:

Sua Magestade manda louvar muito a V. S. o estabelecimento do Jardim Botânico de Plantações de que a mesma Senhora espera os maiores frutos a benefício dos seus Povos. Não só foi muito agradável a sua Magestade a cultura das Plantas exóticas, mas igualmente a grande, e útil descoberta de se ter achado o meio de perpetuar as nossas madeiras de construção por meio da sementeira, que até aqui se desejava sem se ter conseguido. Sua Magestade [...] espera que V. S. faça que esse Jardim sirva de modelo a todos os outros, que se devem estabelecer nas outras Capitâneas do Brasil, e que lhe de uma tão extensa, que do mesmo possam ir para as outras Capitâneas, as Plantas exóticas, e indígenas, que V. S. tem cultivado.<sup>11</sup>

De acordo com D. Rodrigo, o caráter modelar do jardim paraense residia na sua dupla função: aclimatar espécies exóticas e domesticar as nativas da região. Como deveria suprir as demais capitâneas da colônia com todo tipo de planta, D. Rodrigo determinou sua ampliação. Já em 1799 havia dobrado

ruas, três bergantins, doze chalupas artilhadas e outras embarcações menores», empregando um contingente de dois mil índios. As principais madeiras exploradas eram pau d'arco, jenipapo, ipê, cedro, piquiá, pau santo, pau óleo, sucupira, vinhático, acapu, angelim pedra e angelim rajado. Cf. KRUZ, E. *História de Belém*. 2v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973; REIS, A. C. F. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. 2ª ed. Belém: Secul, 1993; MACLACHLAN, C. M. *The Indian Labour Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800*. In: ALDEN, D. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 199-230, e BAENA, A. L. M. *Compendio das Eras da Província do Pará*. Belém: Typographia de Santos, 1838, p. 382. Ver, ainda, o interessante artigo de José Augusto Pádua sobre a história ambiental da Amazônia: PADUA, J. A. *Arrastados por uma cega avareraz: as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos*. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, RS, v. 31, 2005, p. 133-146.

<sup>10</sup> No Grão-Pará, o governador foi instruído a declarar de propriedade da Coroa «todas as matas e arvoredos à borda da costa ou de rios», assim como retomar as sesmarias já dadas, obrigar os proprietários a conservarem as madeiras e «paus reais» e punir os «incendiários e destruidores das matas». Ao mesmo tempo, deveria levantar mapas dos locais onde se achavam tais madeiras, remeter amostras com o nome e os usos de cada espécie e indicar quais as áreas que necessitavam, pela sua extensão e fertilidade, de «Ministros para conservadores». Cf. Bando do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, sobre a conservação das matas. Belém, 8 de junho de 1797. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 195, pasta 31.

<sup>11</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. S. l., s.d. APER, cód. 676.

de tamanho e contava com sementeiras e muitas mudas de espécies orientais. O governador D. Francisco, contudo, se sentia desestimulado com a falta de disposição dos moradores do Pará em iniciar a produção agrícola:

O caso está que tudo quanto há, tem havido e há de haver ainda estes viveiros não fique em pura perda que é o que se me representa quando observo que nem a novidade, nem o desejo de passar atraem senão muito poucas pessoas e ainda essas as de que nada ou quase nada há a esperar quando pondero que o café, árvore que há um ano tem fruto como outro dia vi essa nem mesmo plantam, ou plantam tão poucas que a produção delas que se exporta do Pará é talvez menor que a de alguns Particulares mais bem estabelecidos em Suriname onde este gênero é um dos quatro principais e o de maior importância da sua exportação, quando finalmente vejo que nem a pobreza, nem a miséria superam a constante indolência, e a mais obtinada repugnância a todo o trabalho de espírito ou de corpo pela esperança de melhorar de condição<sup>12</sup>.

O desânimo de D. Francisco não afetava o otimismo de D. Rodrigo. O ministro acreditava que os «frutos» de semelhante iniciativa não seriam visíveis em tão pouco tempo, bem como estava numa posição privilegiada para poder articular com outras capitânias a instalação de hortos para a aclimação das espécies já cultivadas no Pará, ampliando assim o esforço de D. Francisco. Na sua correspondência com Brotero, o ministro fora aconselhado de que os «Jardins novamente estabelecidos não só deviam servir para o progresso da agricultura de todo o Brasil, mas ainda para estabelecer uma circulação de vegetais úteis entre o Brasil e o Reino e entre o Brasil e outras colônias da Nação»<sup>13</sup>.

D. Rodrigo manifestava publicamente seu entusiasmo com o jardim paraense. Nos últimos dias de 1798, ele discursava sobre os progressos feitos nos domínios lusitanos pelo Príncipe Regente, referindo-se inclusive aos esforços que tinham introduzido na colônia a cultura da fruta-pão, da pimenta, da canela e de muitas outras plantas preciosas, chegando a assegurar que nos poucos anos da regência de D. João «fez Portugal maiores aquisições deste gênero do que não havia feito em todo um Século»<sup>14</sup>. Por isso reconfortou D. Francisco e deixou expressa a necessidade, assim que possível, de distribuir as mudas e sementes para os «governos do Brasil»:

[...] e o mesmo Augusto Senhor manda louvar muito a V. S. pelos esforços, com que tem criado e aumentado o mesmo Jardim, de que para o futuro se não de segure os melhores efeitos, os quais ainda que ao principio sejam vagarosos, com o tempo, e com o efeito lento, mas sucessivo da razão, não

de fazer-se úteis e palpáveis: [...] e como desses viveiros se não de ir distribuindo para as outras Capitânias, V. S. deve oferecê-las aos seus respectivos Governadores logo que as tenha em maior abundância. Igualmente Ordena Sua Alteza Real que V. S. de alguns prémios aos que promoverem mais uma cultura útil, ou nova, e que proponha com as suas luzes e atividade o que julgar mais conveniente para excitar esses Espíritos indolentes ainda mais pelo Clima, que habitam, de que por qualquer outro motivo; e o mesmo Senhor espera que V. S. até neste artigo deixará lançadas as raízes, de um grande Bem para o futuro<sup>15</sup>.

Pela mesma época, D. Rodrigo fez chegar a São Paulo, Salvador, Goiás, Olinda, São Luís e Vila Rica cartas ordenando a instalação de jardins semelhantes ao do Pará. Em novembro de 1798, por exemplo, D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, recebia cópia do «catálogo das plantas» do horto paraense e a recomendação para que estabelecesse na capitania um horto semelhante ao do Pará:

Tendo o Governador e Capitão-General da Capitania do Pará formado naquela cidade um Horto Botânico, em que já se achavam as plantas do Catálogo incluso e que é de esperar que ele vá aumentando gradualmente: Manda Sua Magestade recomendar a V. Excia. e Mercês que procurem estabelecer nessa Capitania com a menor despesa que for possível um Jardim Botânico semelhante ao do Pará, em que se cultivem todas as plantas assim indígenas, como exóticas, e em que particularmente se cuide em propagar de sementes as árvores que dão Madeiras de construção para depois se semearem nas Matas Reais<sup>16</sup>.

No mesmo ano, chegava ao governo de Pernambuco carta de igual teor, recomendando o cultivo de plantas exóticas e indígenas, à semelhança do que se fazia no Pará. As madeiras, igualmente, ganharam prioridade entre estas últimas<sup>17</sup>. Em ofício ao Vice-Rei do Brasil, por sua vez, D. Rodrigo recorreu aos «céus» para pedir as bênçãos ao jardim paraense, para que progredisse em benefício dos demais jardins:

Queiram os céus abençoar os seus começos, para que prossiga avante, enriquecendo-o cada vez mais, não só pelas [plantas] indígenas, que pelos seus préstimos merecem ser melhoradas pela cultura, como ainda diligenciando as exóticas, e propondo à Sua Magestade os meios mais eficazes de fixar um tão útil estabelecimento. Seremos a última Nação que os haja de estabe-

<sup>15</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. Palácio de Queluz, 31 de julho de 1799. APEP, cód. 686.

<sup>16</sup> Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho a D. Fernando José de Portugal, enviando o catálogo das plantas do Horto Botânico do Pará... Palácio de Queluz, 19 de novembro de 1798. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (dormente BNRJ), Seção de Manuscritos, I-47,16,1 n. 8 (o catálogo não está anexo ao documento).

<sup>17</sup> Cf. MELLO NETO, J. A. G. Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: IJNPS, no. 3, pp. 33-64, 1954.

<sup>12</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20 de abril de 1799. APEP, cód. 702.

<sup>13</sup> Apud ALMEIDA, L. F. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Lisboa: t. XV, 1976, p. 403.

<sup>14</sup> Id. *ibid.*, p. 404.

lecer, mas talvez que em menos tempo, os teremos melhores que as estranhas. Assim seja.<sup>18</sup>

D. Rodrigo expressou ao Vice-Rei o sentimento de «defasagem» portuguesa em relação aos demais países, tão comum nos escritos da época.<sup>19</sup> Para o ministro, se os portugueses foram os últimos a instalar os jardins botânicos nas suas colônias, pelo menos teriam – pela proteção divina e pela proficuidade da Natureza – os melhores jardins. Estes aparecem no final do século XVIII como medidas instituídas para a superação do tal «atraso», dependendo-se com eles menos tempo e recursos do que as demais nações pela riqueza da vegetação e posição geográfica privilegiada da colônia. Nesse projeto, o jardim paraense significava muito para D. Rodrigo, que contava com essa experiência para propor «os meios mais eficazes de fixar um tão útil estabelecimento».

Em 1802, o ministro ainda insistia com o governador da Bahia na necessidade de criar um jardim botânico em Salvador, tomando como espelho o jardim paraense:

A.1.<sup>a</sup> [ordem] versa sobre o Estabelecimento de um Jardim Botânico em que se cultivem as plantas dessa Capitania para se reconhecerem, e serem remediadas, ou vivas, ou secas em Herbário para o Jardim Botânico desta Cidade destinando-se também este Jardim para nele se fazerem experiências, que introduzam novas culturas que possam ser úteis à Capitania, tais como a Caneleira, Pimentaeira, o Cravo da Índia, e a Arvore de Pão, que se pode mandar ir do Pará, onde já existem em um Jardim Botânico mui Econômico, mas muito produtivo [...] <sup>20</sup>

Apesar da política de incentivo da metrópole e da exigência de economia na instalação dos jardins, os governadores enfrentaram muitas dificuldades

<sup>18</sup> Apud HEYNEMANN, C. B. *As culturas do Brasil: história natural no setecentos luso-brasileiro*, op. cit., p. 282.

<sup>19</sup> As idéias de «atraso» e «decaência» são contemporâneas ao Portugal seiscentista e setecentista. Essas idéias perpassavam não apenas as medidas administrativas e econômicas da época, mas muito dos trabalhos científicos e filosóficos. Vale mencionar uma recente interpretação elaborada por Heynemann, segundo a qual esse sentimento de «atraso» pode ser explicado pela leitura que os portugueses ilustrados fizeram da história de seu país. Segundo a autora, a renovação da filosofia escolástica durante os séculos XVI e XVII aparece nos escritos ilustrados como a responsável pela decaência do poderio comercial e científico do «Portugal dos Descobrimentos». O próprio impulso que a história natural ganhou no setecentos «estaria presente na escritura da história luso-brasileira permitindo que se voltasse ao momento de origem dos Descobrimentos e que o elo fosse refeito como ruptura, no seu fundo de conciliação». A «ruptura» se daria com o «reino cada-veroso» instituído pelos jesuítas, mours infelizes e sua filosofia escolástica; a «conciliação» deveria ser feita com um passado de fartura e poderio militar, com o «espírito que conduziu ao Império» e expulsara os agentes de seu atraso. Cf. HEYNEMANN, C. B. *As culturas do Brasil: história natural no setecentos luso-brasileiro*, op. cit., p. 220.

<sup>20</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco da Cunha e Menezes, governador da Bahia, sobre as ordens expedidas ao seu antecessor, referentes ao jardim botânico da capitania. Palácio de Queluz, 5 de junho de 1802. BNRI, Seção de Manuscritos, 1.31.30.106.

para estabelecê-los. O de Goiás, instalado em 1801, parece não ter prosperado e os de São Paulo, Ouro Preto, São Luís e Salvador só foram implantados depois da independência do Brasil, ainda refletindo a política agrarista de D. Rodrigo.<sup>21</sup> Isso não significa que o planejado intercâmbio não se efetivou, mas que se manteve por intermédio dos governadores, fossem instalados ou não os jardins. Foram os casos das várias remessas feitas em 1801 e 1802 de Belém para o governador do Maranhão, o qual, de posse dos pés e das sementes, faria planta-los em local seguro.<sup>22</sup>

São vários os fatores que deram ao jardim paraense um caráter distinto entre as instituições congêneres no Brasil – e que permitiram que se mantivesse ativo por mais de duas décadas. Em primeiro lugar, poderemos destacar razões de ordem familiar, pois os irmãos Souza Coutinho repetem a parceria que o Marquês de Pombal e Francisco Xavier de Mendonça Furtado fizeram para a implementação dos planos geopolíticos traçados para a Amazônia em meados do século XVIII, largamente debatidos na historiografia.<sup>23</sup> D. Francisco administrou o Estado do Grão-Pará por 13 anos, sendo substituído apenas quando seu irmão perdeu, no Reino, o prestígio de que gozava na regência de D. João, mas não sem antes tentar organizar a vida civil, o comércio e a indústria do Grão-Pará, incluindo, como veremos, o planejamento de uma grande reforma urbana de Belém, integrada ao jardim botânico.<sup>24</sup>

<sup>21</sup> Cf. JOSIM, L. C. Os Jardins Botânicos no Brasil Colonial. *Bibl. Arq. Mus. Lisboa*. Lisboa: v. 2, n. 1, p. 53-120, jan./jun. 1986.

<sup>22</sup> Cf. Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, comunicando a remessa de uma caixa de sementes. Comunica que poderá mandar muitas plantas de canela, cravo da Índia e outras essências. Pará, 21 de março de 1801; Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, sobre recebimento de cartas que tratavam de diversos assuntos: remessa de subsídios para os Reais Cofres, saída do comboio e sobre o preso João Antonio Garcia. Refere-se também às plantas que seriam enviadas. Pará, 29 de abril de 1801; Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, comunicando a remessa de doze plantas da Arvore de Pão e outras tantas de canela e que as árvores de cravos não produziram no momento. Pará, 24 de outubro de 1801; Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, comunicando a chegada de um bergantim que trazia os socorros de moeda e provisimentos e também um aparelho. Remessa de plantas. Pará, 10 de abril de 1802. Manuscrito no. 17. I. Apud Catálogo da miscelânea e dos manuscritos da Coleção Lamago (IV). *Separata da Revista de História*, no. 51, 1962.

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, REIS, A. C. F. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. 2v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. REIS, A. C. F. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959; REIS, A. C. F. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. A Fronteira com as Colônias Espanholas: O Tratado de S. Ildeonso. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, 244: 3-103, jul./set. 1959; SILVA, A. M. D. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHEL, L. (org.). *História da América Latina*. 2.<sup>a</sup> ed. 1.<sup>o</sup> v. São Paulo: Edusp, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 477-518, 1998. DOMINGUES, A. *Quando os índios eram vassalos*. Colonização e relações de poder: no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.

<sup>24</sup> Cf. SANIAD, N. *Nos jardins de São José*: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873, op. cit.

Em segundo lugar, encontramos razões de ordem econômica e política, particularmente a expansão da economia agrícola na Amazônia, ainda que tímida, e as conflituosas relações internacionais da Europa do final do setecentos, cujos reflexos incidiram nas colônias sul-americanas com o mesmo ímpeto com que sacudiram as metrópoles<sup>25</sup>. Nesse sentido, o jardim botânico aparecia como peça essencial para a política agrarista em vigor, na medida em que sua função era reunir as produções naturais da colônia e realizar ensaios para o cultivo em larga escala, bem como aclimatar espécies provenientes de outras regiões. Por outro lado, sua implantação fazia-se urgente pela oportunidade criada com a revolta dos escravos na Guiana Francesa e a desarticulação do comércio colonial francês. Muito bem informado das turbulências europeias e de seus reflexos no ultramar, D. Francisco reforçou as fronteiras amazônicas, atraiu proprietários franceses contrários à Revolução, montou uma rede de espionagem dentro de Caiena, organizou tropas de resgate de escravos fugidos e elaborou um plano de conquista da Guiana, pronto para ser colocado em ação caso houvesse necessidade<sup>26</sup>.

Por meio de seus espíões – contratados entre a soldadesca – e também dos familiares dos proprietários franceses que emigraram para Belém, D. Francisco obteve a primeira coleção de vegetais exóticos do Jardim Botânico do Grão-Pará, contrabandeados todos da vizinha Guiana. Dentre as espécies que vieram, encontramos algumas há muito almeçadas pelos portugueses, como a árvore-do-pão ou fruta-pão, o cravo-da-Índia e a pimenta, símbolos de uma época de fartura para o Império português e do otimismo que reveste a botânica e a agronomia do setecentos. Eis o relatório passado por D. Francisco ao irmão:

Finalmente em resultado de tantas, e tão repetidas Diligências por uma vez fizemos a aquisição do Cravo da Índia (Girofle). De Caiena trouxeram os nossos honrados Emissários a todo o risco, e tendo efetivamente passado por mui grande, um considerável provimento de sementes do dito Girofle que postas em Viveiros produziram duzentas ou trezentas tenras Plantas que com todo cuidado, espalhadas por diferentes mãos se ficam tratando e prometem vingrar. Trouxeram também alguns pés de Pimenta os quais assim como outros da mesma Pimenta, e do Cravo anteriormente vindos, todos têm morrido deixando-me desenganoado por atravessia [sic] do Mar em embarcações pequenas é fatal a todas as Plantas, e que só se aproveitou o

trabalho na remessa de Sementes. A Noz Moscada não veio desta vez ainda, mas não perco esperança por ora apesar da grande dificuldade que se figura de haver-se por estarem as únicas duas outras Árvores que têm Caiena em poder de um Indivíduo que as guarda com todo cuidado e não terem até agora produzido senão duas Sementes. Vieram entanto algumas de Árvores de Pão, de Mangas, e de Abriós de S. Domingos as quais pegaram maravilhosamente<sup>27</sup>.

É significativo que D. Francisco tenha nomeado um imigrante francês, Michel du Grenoulier, antigo morador do Oiapoque e exilado desde 1795 no Pará, para instalar o horto botânico. D. Francisco o considerava um «hábil Engenheiro Agrário» e graças a ele e a seu cunhado, Jean-Baptiste Antoine Grimard, comandante das milícias no Approuague, vieram de Caiena as sementes a que o governador se refere, no ano de 1798.

Após a repentina morte de Grenoulier, ocorrida nesse mesmo ano, D. Francisco nomeou outro imigrante para a direção do jardim, Jacques Sahut, que passaria a acumular a administração de um antigo estabelecimento agrícola tomado dos missionários, a Fazenda de Val-de-Caens, onde dirigia plantações – com arado e charrua – de milho, arroz e mandioca, além de uma fábrica de manteiga e queijo<sup>28</sup>. D. Francisco continuou tentando obter mudas por contrabando:

De Caiena não pude ainda haver a Moscada e a Pimenta, agora espero que ou por bem ou por mal as terei principalmente a primeira que é a de que o Brasil carece. Por bem pelos Parentes de Grenoulier, a quem fiz saber a Graça que podem esperar da herança dele que sempre cuidaram que é mais avultada, por mal furtando-se aos que tem árvores enclausuradas<sup>29</sup>.

D. Francisco segue informando o irmão que uma nova missão seria enviada a Caiena com este objetivo, composta pelo «Furriel» e pelo «Índio Valentim», ambos recebendo um bom ordenado pelo risco de enforcement que corriam. Também cogita da possibilidade de atrair mais franceses «industriosos», embora reconheça que é «grande o risco, e incerto o lucro». Sahut, assim como Grenoulier, morreria logo após assumir a direção do jardim botânico, em 1799, levando D. Francisco a nomear como administrador o Capitão do Regimento da cidade, Marcelino José Cordeiro, que havia sido um dos auxiliares diretos do governador do Rio Negro. Manuel da Gama Lobo d'Almada, e administrador da Serraria Real do rio Acará.

<sup>25</sup> Sobre a economia amazônica na segunda metade do século XVIII, ver BARATA, M. A. Antiga Produção e Exportação do Pará. In: *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, p. 293-330, 1973; DIAS, M. N. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. 2v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970; ALDEN, D. *O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial*: um ensaio de história econômica comparada. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974; SANTOS, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980.

<sup>26</sup> Ver a «Memória da defesa da Capitania do Pará por D. Francisco de Souza Coutinho; e outros documentos do tempo do seu governo. Plano da conquista da Guiana Francesa» (cópia), 1791-1797. IHGB, Lata 281, Pasta 6.

<sup>27</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d. APEP, cód. 703.

<sup>28</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. APEP, cód. 676.

<sup>29</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 2 de fevereiro de 1799. APEP, cód. 702.

Segundo D. Francisco, foi Cordeiro quem organizou de fato o jardim, tendo assinado o primeiro catálogo enviado a Lisboa <sup>30</sup>.

D. Francisco insistiu na sua correspondência com o Reino na necessidade de conquistar a Guiana Francesa. Seria a maneira de por fim à antiga disputa – mais de uma vez sob luta armada – entre Portugal e França pela posse do Cabo do Norte, e, ao mesmo tempo, evitar a infiltração ideológica que ameaçava o império colonial português <sup>31</sup>. Ademais, o complexo agrícola mantido pela Coroa francesa na Guiana, formado pela *Habitation Royale des Épiceries*, mais conhecida como *La Gabriele*, pela *Habitation de Mont-Baduel*, pela *Habitation Tlisir* e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo, era um forte atrativo para a colônia dos portugueses <sup>32</sup>. Era certamente esse complexo, sua

<sup>30</sup> Cf. Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Pará, 30 de março de 1798, APEP, cód. 676. Não localizamos o mencionado catálogo, mas obtivemos dois «Mappas de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José», datados de 30 de abril e de 20 de junho de 1800, por meio dos quais é possível acompanhar como progrediram os trabalhos no jardim paraense desde a sua instalação. Ambos os mapas são divididos em duas seções: «Dentro do Cercado» e «Madeiras de Construção e mais Fruteiras fora do Cercado». No mapa de abril, a primeira seção relaciona em ordem alfabética e pelo nome vulgar 82 espécies de plantas nativas e exóticas, no total de 2.354 pés. Desse montante destacam-se 546 bananeiras, 300 pés de «cana de açúcar da terra», 300 de «cana de açúcar da Índia», 125 de caneleiras e 50 pés de «anil manso». Dentre as preciosidades vindas de Catena, constam abricós (5 pés), frutas-pão (9), abacateiro (1), cravos da Índia (49), jacas (10), jasmims (2) e maracujás (24). Outras espécies exóticas têm a sua proveniência anotada, como a «quina de Suriname» (1 pé), os «jasmims do Cabo da Boa Esperança» (4), os «jasmims da Itália» (4), as «goiabeiras do Mato Grosso» (5) e as «jacas da Bahia» (1). Ao lado das exóticas, aparecem as plantas nativas da Amazônia, como a baunilha (17), o cacau (8), a casca preciosa (22), a copabeira (9), o «cravo da terra» (43), a seringueira (5) e muitos outros vegetais conhecidos pelos usos na farmácia, alimentação, construção e indústria. Na segunda seção, a grande maioria das 58 espécies (451 pés) é nativa e fornecedora de madeira, igualmente listadas em ordem alfabética e pelo nome vulgar. Provavelmente foram plantadas fora do cercado pelo tamanho que as árvores iriam adquirir. No total, o jardim e adjacências possuíam 2.805 plantas de 140 espécies diferentes. Quanto ao mapa de junho, a despeito do erro na soma, repete no geral o de abril. Cf. «Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800», «Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho 1800», IHGB, Lata 285, Pasta 4.

<sup>31</sup> Cf. REIS, A. C. F. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.

<sup>32</sup> Vale ressaltar que a *habitation* era a base fundiária da colonização francesa, cuja montagem exigia construções (residências, manufaturas, enfermaria), terras cultivadas (chamadas de *jardim*), manadas (para alimento e transporte de carga), bosques (reservas de madeira), estradas, embarcações e, quando necessário, elementos próprios para o cultivo de «terras baixas», como eclusas, canais, barragens, etc. *La Gabriele* e *Mont-Baduel*, portanto, deviam se assemelhar a um jardim de aclimação associado a terras para cultivo experimental e para agro-exportação. Ambas as propriedades tornaram-se significativos exemplos de estabelecimentos coloniais na Guiana, em extensão, produtividade e número de escravos. Sobre os rendimentos de cada um desses estabelecimentos agrícolas, ver «Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)». Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ). Fundo Catena, Of. cx. 1192, SDE. Sobre a colonização da Guiana Francesa, ver LOWENTHAL, D. Colonial experiments in French Guiana, 1760-1800. *The Hispanic*

produtividade e seu sucesso na aclimação de vegetais exóticos, que os irmãos Souza Coutinho tinham como modelo quando instalaram o jardim paraense e planejaram a reforma urbana de Belém.

Este é o último aspecto a ser destacado sobre o jardim paraense, isto é, sua inserção num projeto maior, o da reforma urbana local, que consistiu no aterramento de uma área pantanosa que cingia a cidade em duas partes: na canalização do igarapé que a alimentava (conhecido como Piry) e na abertura de novas vias. Com essas obras, seria possível incorporar terras devolutas ao jardim, melhorar a salubridade de Belém e criar um complexo que visava, a um só tempo, a pesquisa agrônômica, o cultivo agrícola, o comércio e o lazer da população (ilustração 1) <sup>33</sup>.

Na administração do governador D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, entre 1803 e 1806, as autoridades portuguesas encetaram a reforma previamente planejada. Aproveitando o corpo técnico já existente e o trazido consigo para a instalação do Trem de Artilharia <sup>34</sup>, bem como o regimento militar recém deslocado para o Grão-Pará, o Conde dos Arcos mandaria executar em 1804 o projeto de Souza Coutinho. As obras foram entregues ao capitão engenheiro e ajudante de ordens do governador, João Rafael Nogueira, auxiliado pelo capitão de liegeiros Domingos José Frazão, nomeado Mestre de Campo. Acompanhamos com o militar Antônio Ladislau Monteiro Baena, testemunha ocular das obras, a execução dos planos de D. Francisco:

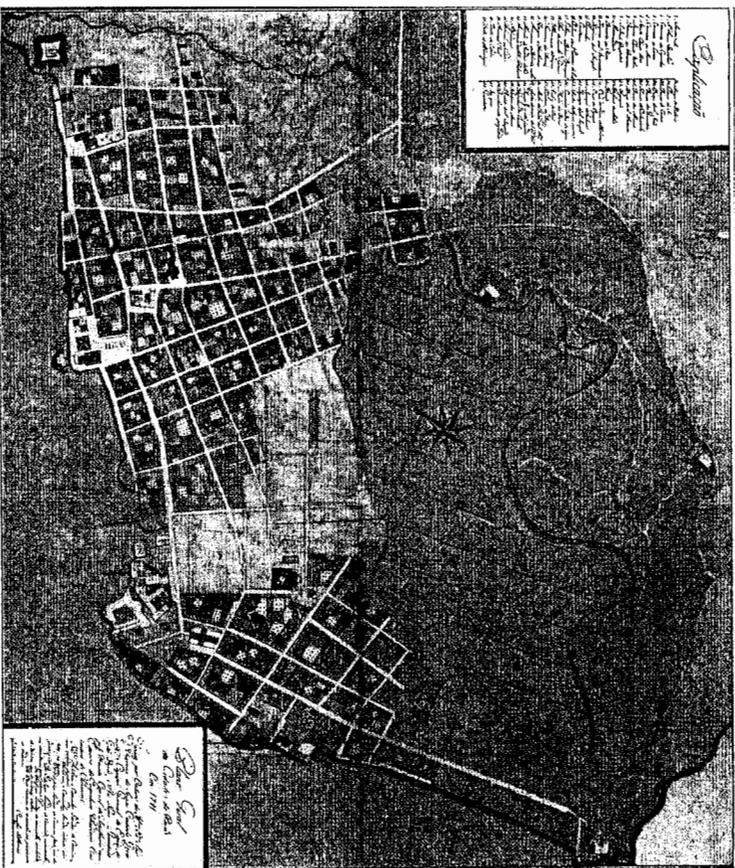
O engenheiro fez sair do referido paul três longas e largas estradas de passeio agradável, orladas de renques de árvores Mongubeiras, Taperebazeiros e Laranjeiras, e cingidas de valas de esgoto, que facilmente aglomeram as águas junto da Travessa de Caetano Rufino em uma só corrente, que passa por baixo da estrada do Arsenal de Marinha, e sai ao mar pela calha de uma eclusa fabricada perto à preamar <sup>35</sup>.

*American Historical Review*, p. 22-43, February 1952; CARDOZO, C. F. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas*: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984; CARDOZO, C. F. *La Guyane française (1715-1817)*. Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique. Petit-Bourg, Guadeloupe: Isis Rouge Editions, 1999.

<sup>33</sup> Vale ressaltar que Domenico Vandelli, diretor do Jardim da Ajuda, já havia recomendado, em uma memória de 1788 sobre a utilidade dos jardins botânicos, que dos terrenos incultos e charnecas se fizessem áreas úteis para o cultivo: «Os terrenos incultos, que vulgarmente se chamam Charnecas não são estéréis, e se podem fazer úteis [...] A mesma observação mostra que semelhantes terrenos não são infecundos, pois neles (como nos do Alentejo) nascem várias espécies de plantas naturalmente [...]». Ver VANDELLI, D. *Dictionário dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos Das obras de Linneo, com a sua explicação, e estancias abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. E a Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos*. ... Coimbra: Real Officina da Universidade, 1788, p. 298.

<sup>34</sup> O Trem era uma espécie de quartel general do Corpo de Artilharia de Linha, antecessor do Arsenal de Guerra, onde se armazenavam armas, munição, instrumentos geográficos e militares. Era dirigido por oficiais e reunia as companhias da tropa e os artefices responsáveis pela manutenção das armas e instrumentos técnicos.

<sup>35</sup> BAENA, A. L. M. *Compêndio das Eras da Província do Pará*, op. cit., p. 402-3.

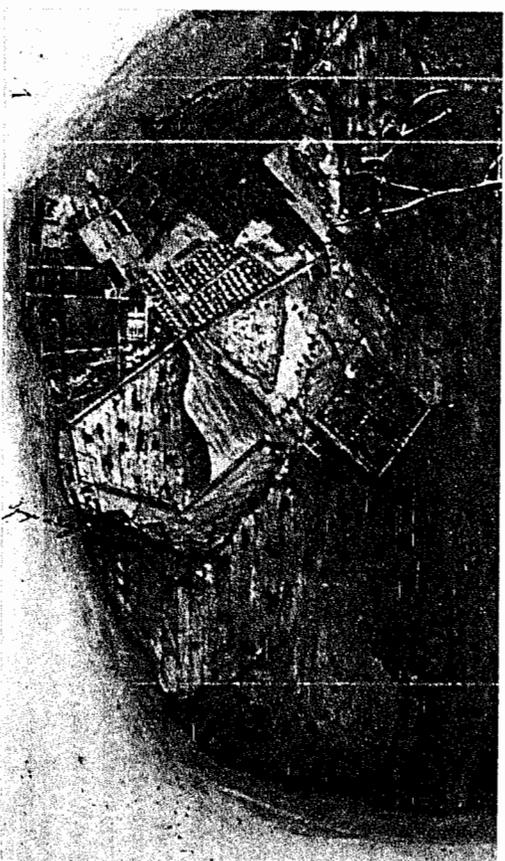


**Ilustração 1** – «Plano Geral da Cidade do Pará em 1791», de Theodosio Constantino de Chermont. Observar o Igarapé do Pirý, que chingia a cidade em duas partes (Campina, à esquerda, e Cidade, à direita) e impedia seu crescimento para o interior. Nessa planta já é possível ver o traçado das ruas planejadas sobre o Pirý.

O conjunto das avenidas seguia um traçado estratégico que visava integrar o Palácio do Governo, o jardim botânico e o campo de treinamento do Regimento de Infantaria, criado por ocasião das obras. Ao mesmo tempo, uma das estradas (das Mongubeiras) fazia um «ângulo obtuso no seu cruzamento com a que do Largo do Palácio envia a São José: ângulo feito de propósito para evitar a monotonia censurada pelo famoso Delille na sua obra dos Jardins»<sup>36</sup>. Nesse local seria construído o primeiro passeio público da

<sup>36</sup> BAENA, A. L. M. *Compendio das Eras da Província do Pará*, op. cit. Nesse trecho Baena se refere ao poema didático do abade Jacques Delille, «Os Jardins, ou A Arte de Alomosear as Paisagens», publicado pela primeira vez em 1782 e traduzido para o português por Manoel Maria de Barbosa du Bocage (Lisboa: Arco do Cego, 1800). Em 1812, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou uma nova edição. Obras como a de Delille e de Ricardo de Castel

cidade, ornado com «brancas e fragrantas rosas mogorins» e com a «flor do general», oriunda do Cabo da Boa Esperança. No outro ângulo do cruzamento, completando o conjunto urbanístico formado pelas estradas ladeadas com espécies frutíferas e pelo passeio, o Conde dos Arcos determinou a marcação de um «campo de hortas» a ser cuidado pelo Regimento de Infantaria «em seu peculiar proveito». Foi plantado, assim, em 1804, o Jardim das Caneleiras, uma extensa área tomada ao Pirý para a produção de uma das mais valiosas especiarias. Mais adiante, na mesma estrada de São José e mais próximo do jardim botânico, foi construído um largo circular para a venda das «plantas hortadas», conhecido como Largo do Redondo (Ilustração 2).



**Ilustração 2** – «Plano do Pará», s.d., autor não identificado (detalhe). Essa planta, desenhada por volta de 1805-1810, mostra ao centro a grande área drenada do Igarapé do Pirý, bem como as comportas e canais abertos durante as obras. No alto aparece o Jardim Botânico do Grão Pará, ao lado do antigo Convento de São José (identificado com uma cruz). Ligando o Jardim Botânico ao Palácio dos Governadores (localizado na parte de baixo, no Largo entre a antiga Cidade e a Campina) foi construída a Estrada de São José, em cujo centro está o Largo do Redondo. Na interseção entre a Estrada de São José e a Estrada das Mongubeiras, que corre perpendicularmente, foi plantado o Jardim das Caneleiras e construído o Passeio Público da cidade.

As administrações que seguiram a do Conde dos Arcos continuaram na implementação desse projeto urbanístico. José Narcizo de Magalhães de

(«As Plantas», igualmente com edição do Arco do Cego e reedição da Imprensa Régia), de teor naturalístico próprio do Arcadismo, tornaram-se bastante populares em Portugal no final do século XVIII.

Menezes, governador entre 1806 e 1810, fez obras no Largo do Palácio, transformando-o num «Jardim de Recreio» plantado com «vegetais indígenas e forasteiros preciosos pelos usos que podem ter na Farmácia». Baena descreve esse jardim da seguinte maneira:

Uma feira de barras estreitas de madeira de Acapu pintada de cor verde-lha, enxerida em uma base de alvenaria entre pilares da mesma madeira, e figurada na parte superior em voltas coleadas, contornava o espaço do dito Jardim; em cujo centro havia um terreiro de hemicírculo onde terminavam seis alas de plantas, que formavam três ruas derivadas da banda das duas portas travessas, e onde se elevava uma cascata de pedra composta de quatro colunas da Ordem Jônica estradas e ornadas de volutas, vasos, pirâmides e embrechados com dois jacarés na raiz do penhasco intercolunar: os quais pela boca lançavam a água do rio ali levada por uma bomba posta dentro de um dos dois caramanchéis, que rematavam o lado da mesma cascata: de frente da qual era o pórtico, que se fechava com portas com grade de pau; e nos extremos da frontaria haviam terralos de 15 palmos de altura com os ângulos guarnecidos de jarras, e os intervalos ocupados até os assentos com grades iguais às da cerca do jardim, que foi construído em distância de quatro braças de frente das casas, e que no ano de 1832 foi dissipado pela Municipalidade <sup>37</sup>.

Em 1809, o mesmo governador nomeia um Administrador para os «Hortos do Pirry», o tenente de ligeiros Domingos Ramos. Outro governador, Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa Flor, administrando a capitania entre 1817 e 1820, fez melhorias no Largo da Polvoraria, onde a Estrada das Mongubeiras terminava, ornando-o com espécies frutíferas. Ao final do período colonial uma extensa área havia sido urbanizada. Certamente foi a mais importante obra realizada pelo governo português em Belém, a qual pressupõe uma extraordinária capacidade organizativa local.

### *La Gabriele e os demais jardins luso-brasileiros*

Com a chegada da Corte no Brasil, em 1808, D. Rodrigo – reconduzido ao ministério de D. João – teve novas e mais diretas possibilidades de realizar seus planos. A situação de guerra com a França pôs em evidência a secular disputa territorial pela foz do rio Amazonas, além de tornar inevitável a conquista da Guiana Francesa, em 1809, como revide à ocupação de Portugal. Com a Guiana nas mãos dos portugueses, o intercâmbio de vegetais em território luso-brasileiro viria a ser plenamente realizado através da transferência da coleção de plantas exóticas que a França havia reunido em *La Gabriele*, primeiramente para Belém e depois para o Rio de Janeiro e Olinda. Vejamos como isso se deu.

Em janeiro de 1809, tropas paraenses, cearenses e pernambucanas, auxiliadas por mercenários britânicos, rendiam o governador da Guiana Francesa, Víctor Hugues. Ao contrário do previsto originalmente (destruição das fortificações, das propriedades e esvaziamento da colônia, de maneira a impossibilitar uma ameaça às Antilhas inglesas), Portugal decidiu administrar a Guiana como uma dependência do governo paraense. A administração foi feita com base no Código Napoleônico, o que denota o caráter transitório da operação militar, muito mais uma medida de pressão contra a França do que um projeto expansionista lusitano <sup>38</sup>.

A posse de *La Gabriele*, se não representou motivo preponderante para a invasão da Guiana pelas tropas luso-brasileiras, certamente estaria entre os maiores benefícios a ser obtidos pelos portugueses com a anexação de uma colônia tão conturbada. De fato, *La Gabriele* era um atraente negócio, tanto que o comandante britânico Lucas Yeo, na partilha da presa de guerra, requisiu não apenas a posse de naus francesas e o pagamento de 500 mil cruzados, mas também a *Habitation Royale des Epiceries*, provocando protestos veementes dos oficiais paraenses <sup>39</sup>. Suas pretensões, contudo, foram abortadas pela negociação do Termo de Rendição entre Hugues e o comandante português Manoel Marques d'Elvas Portugal, o qual regulava as condições em que a colônia seria entregue à nova administração. Um artigo específico para *La Gabriele* (14.<sup>o</sup>), o único do gênero, foi incluído:

Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada La Gabriele, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem plantação, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente tal qual se entrega aos comandantes de S. A. o Príncipe Regente (*apud* Reis, *op. cit.*) <sup>40</sup>.

A venda das especiarias lá cultivadas era uma das maiores fontes de renda da colônia, juntamente com o rendimento da alfândega e os impostos sobre as casas comerciais e o «tañá», aguardente de cana exportada para a África <sup>41</sup>. Além disso, com a posse de *La Gabriele* finalmente seria possível transplantar para o Brasil as espécies que os franceses já haviam conseguido reunir. Numa carta ao governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes, datada de 2 de abril de 1809, D. Rodrigo dá a entender que não interessava mesmo conservar Caiena sem o aproveitamento daquelas riquezas:

<sup>38</sup> Cf. SILVA, M. B. N. A Cultura. In: SEREÃO, J. e MARQUES, A. H. O. (dirs.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1986, v. VIII, p. 443-498.

<sup>39</sup> Cf. CARDOZO, C. F. *La Guyane française (1715-1817)*. Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique, *op. cit.*

<sup>40</sup> Apud REIS, A. C. F. O Jardim Botânico de Belém. *Boletim do Museu Nacional Botânica*, n. 7, 27 de setembro de 1946.

<sup>41</sup> «Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)» e «Mapa Geral das Importações e Exportações da Colônia de Caiena e Guiana. Anos 1812 a 1815». ANRJ, Fundo Caiena, OF, cx. 1192, SDE.

O sistema que se deve seguir para conservar Caiena sem que venha a ser pesada à Real Fazenda, e antes sistemando [sic] tudo de modo que pague a despesa necessária para a sua defesa [...] é a pronta e imediata transplantação para o Pará e para os outros domínios do Brasil, da maior quantidade possível de todas as árvores de especiaria. [...] particularmente da noz moscada, que ali existe e que nos domínios do Brasil se não possuem [...]»<sup>42</sup>.

D. Rodrigo recomenda, ainda, que se faça transportar juntamente com as plantas, «hábeis jardineiros», mas que tais técnicos não fossem «contaminados da ideologia liberal».

Em 27 de abril, um novo ofício de D. Rodrigo ao governador Magalhães de Menezes determinava a transferência de plantas do jardim botânico do Grão-Pará para o Rio de Janeiro, exatamente aquelas que D. Francisco havia obtido dez anos antes. Mandava, ainda, procurar em Caiena a árvore da noz moscada (lembramos que, segundo D. Francisco, era mantida sob vigilância) e alertava que a procura de «todo o gênero de culturas» era o «ponto mais essencial para o Brasil» naquele momento:

Sobre as Produções que V. Exa. tem podido conservar das que um dos seus Predecessores D. Francisco Maurício de Souza Coutinho tirou de Caiena deve particular cuidado a S. A. R. a conservação, extensão do Cravo da Índia, ou Girofle, a V. Exa., que veja se sem diminuir o número destas Árvores no Pará pode V. Exa. remeter por diferentes Embarcações vários Pes das mesmas Plantas, que possam aqui cultivar-se, e propagar-se, fazendo especial recomendação a maior prontidão, e que se expõem o melhor acondicionadas que se possa. É igualmente inútil que eu diga a V. Exa. que S. A. R. deseja que a cultura do cravo da Índia ou Girofle se estenda o mais que for possível, pois que aquele cravo que V. Exa. daí remeteu se achou muito bom, e comparável ao melhor das Molucas. Muito desejava também S. A. R. que V. Exa. procurasse de Caiena a Árvore de Noz Moscada = Muscadier = que ainda nos falta, e que os Franceses roubaram por via do hábil Intendente das Ilhas de França e Bourbon Mr. [Pierre] Poivre de Amboine por meio dos nossos Timor e Solor, o que os nossos nunca souberam fazer, e das Ilhas de França passar para Caiena onde tem prosperado.<sup>43</sup> Este objeto o manda S. A. R. recomendar muito a V. Exa. pela sua grande importância, e por que o ponto mais essencial agora para o Brasil, é procurar-se todo o gênero de culturas, e dar-lhes a maior extensão.<sup>44</sup>

A primeira remessa de Caiena foi realizada no final de 1809, para Belém. Foi o administrador de *La Gabrielle*, Joseph Martin, quem assinou a lista de

<sup>42</sup> Apud Cruz, E. *História do Pará*. 2 v. Belém: Universidade do Pará, 1963, p. 152-3.

<sup>43</sup> A facanha de Pierre Poivre aparece em muitos escritos da época, como um indicio do sucesso dos empreendimentos coloniais franceses. Amboine ou Amboyne era a colônia holandesa da qual foram retiradas as especiarias. Cf. LY-TIO-FANE, M. *Contacts between Schöbrunn and the Jardin du Roi at Isle de France (Mauritius) in the 18th century. Mitteilungen des Österreichischen Staatarchivs*, 35, 1982, p. 85-109.

<sup>44</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1809. APEP, cód. 751.

plantas e as instruções para o plantio. Nela víeram, dentre outras, a noz-moscada (pelo visto, pela primeira vez introduzida no Brasil), caneleiras, carambolas, «árvore do pão d'Otaiti», «moringueira», cravo da Índia, «groselheira da Índia», pimenteira, bilimbi, «lithi», «bananeira d'Otaiti», sapoti, «nogueira de Bancoul» e «cana d'Otaiti», espécie que passou no Brasil a ser conhecida como «cana caiena» ou «caiana». No total, 82 espécies foram embarcadas em seis caixas. Na relação das plantas, Martin aproveitou para fazer alguns comentários sobre a história do cultivo de algumas espécies e mesmo sobre os usos que se lhes podia dar. É o caso da fruta-pão, que, segundo o naturalista francês, «foi introduzida nas Colônias Francesas em 1795; é um dos resultados da viagem de Mr. Dentrecasteaux [sic] ao Mar do Sul afim de procurar o desafortunado Laperouse [sic]. Esta árvore, que os ingleses têm tão bem conduzido com grandes despesas às suas Colônias, merece ocupar um dos principais lugares entre os vegetais, que servem à economia e sustento dos homens»<sup>45</sup>.

Respeitado como naturalista, Martin seria mantido pelos portugueses na administração de *La Gabrielle*. O Intendente Geral de Caiena, João Severiano Maciel da Costa (1769-1834), destacou sua fidelidade e zelo e o considerava, pelo menos em Caiena, insubstituível, inclusive para a «polícia dos escravos». As autoridades portuguesas também tentaram, por intermédio do embaixador em Londres, transportar a esposa de Martin para Caiena, «para que ele se ligue ao governo de S. A. R.»<sup>46</sup>.

Para cuidar das plantas vindas de Caiena, D. Rodrigo mandou que o governador do Pará nomeasse, em 1810, Francisco Arruda da Câmara como Inspetor do Jardim Botânico do Grão-Pará, cargo que viria acumular com o de Físico-Mor da capitania<sup>47</sup>. Ao Governador Militar da Guiana, Manoel Marques d'Elvas Portugal, recomendou-se que mandasse de Caiena ao Pará e ao Rio de Janeiro «todas as plantas que se puder [...] e bons jardineiros, que tratem de sua horticultura»<sup>48</sup>. Para garantir a sobrevivência das plantas, o governador do Pará apelou aos moradores vizinhos ao jardim botânico de

<sup>45</sup> *Notícia histórica e abreviada para servir à Cultura de uma remessa de árvores especiarias e fructiferas destinada a Sua Excellencia o Senhor Capitão General do Pará por Sua Senhoria, o Senhor Manoel Marques, governador interino da Colonia de Cayena*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, p. 13.

<sup>46</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d'Aguilar Caiena, 28 de abril de 1811; e Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, OF. cx. 1192, SDE.

<sup>47</sup> Aviso do Conde de Linhares ao Conde d'Aguilar, 26 de abril de 1810 (apud *Flora Fluminense*. Documentos, 1961). Não pude confirmar se Francisco Arruda da Câmara realmente tomou posse de ambos os cargos. Nos códices que consultei não há documentos com referência a ele. A bibliografia que consultei, por outro lado, informa muito pouco sobre Francisco. De 1790, ano em que se formou em Montpellier, a 1821, em que comprovadamente morava no atual Nordeste brasileiro por seu envolvimento na política local, pouca informação existe sobre Francisco.

<sup>48</sup> Apud BAENA, A. L. M. *Compêndio das Eras da Província do Pará*, op. cit., p. 445.

Belém para que ajudassem no trabalho de plantação, e determinou uma guarda especial para fiscalizar os cercados construídos para esse fim, conhecidos como «cancelas».<sup>49</sup>

No Rio de Janeiro, a conquista da Guiana significou a oportunidade certa para D. Rodrigo retornar seus antigos planos. Já em 1809 uma decisão régia havia autorizado a concessão de prêmios e outras vantagens às pessoas que fizessem aclimatar a produção de especiarias da Índia ou iniciassem o cultivo de vegetais típicos, decisão ampliada no ano seguinte para a isenção total de impostos e taxas alfandegárias.<sup>50</sup> Ao mesmo tempo, cumpria organizar os jardins botânicos nas demais capitânicas do Brasil para que o império português tirasse o máximo proveito de *La Gabrielle*. A Imprensa Régia publica, então, logo depois do folheto assinado por Martim, o «Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil», de Manuel Arruda da Câmara, irmão do inspetor nomeado para o jardim paraense. Câmara propõe a instituição de hortos «[...] em que se criem, como em viveiros, não só plantas de países estrangeiros, senão ainda os de várias províncias do Brasil, que ou são raras, ou cuja destruição será inevitável, apesar de todas as proibições, por causa da extensão do país e da pouca população»<sup>51</sup>.

Na primeira parte do «Discurso», Câmara ressalta a prodigiosidade da natureza tropical e lamenta que tenham sido interrompidas, no passado, as transplantações para o Brasil, pois a agricultura na colônia poderia estar em grau muito mais adiantado, como o era em Caiena, no caso do cultivo do cravo da Índia, e na Bahia, no caso da pimenta. Como o reino vegetal, para Câmara, seria «a fonte mais fecunda, mais pronta e menos trabalhosa das riquezas de qualquer Nação», urgia emendar a grande falta do passado, incentivando novas transplantações.<sup>52</sup> Não obstante seu desconhecimento dos limites reais do império lusitano, pois dá como possessão portuguesa o rio Orenoco, Câmara tenta comprovar que o «continente do Brasil» é suscetível de ser cultivado com plantas provenientes da Europa, África e Ásia, fazendo-o pela análise geográfica dos «alimentos de que os vegetais se mantêm» (ar, luz e água) e das «cinco terras primitivas» (argila, sílica, magnésio, barita e cal). O «meio mais fácil de por em execução essas transplantações, e de as fazer prosperar» seria a instituição de hortos botânicos nas principais províncias do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Caiena.<sup>53</sup> Como estes últimos já existiam, caberia instalar somente os três primeiros. Câmara termina a primeira parte recomendando os cuidados

necessários à localização dos hortos, sugerindo as atribuições e qualificações dos inspetores e jardineiros, garantindo o «lucro imediato» dos hortos («sendo bem administrados») e lembrando que a «transplantação artificial» de animais também poderia ser útil, como as «abelhas da Europa ou de Angola», os «grandes Carneiros do Peru» (hamas?), as «ovelhas de lá fina de Espanha» e os «Cameiros e Dromedários» para os sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Na segunda parte, Câmara enumera as plantas úteis que mereciam ser transplantadas e cultivadas, originárias da Ásia, África, Europa, América Setentrional, México, Nova Holanda, Caiena, Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco. Pela relação, pode-se perceber que Câmara desconhecia as espécies que já haviam sido introduzidas no Pará há pelo menos dez anos. De Caiena sugere a transplantação da fruta-pão, do cravo da Índia, da «pimenta zeilônica» e da noz moscada, todas já aclimatadas em Belém. Do Pará e Maranhão, recomenda o cultivo do cravo do Maranhão (ou do Pará), castanha do Maranhão (ou do Pará), «pixurt», abacate, bacuri, bacaba, abacaxi e «maracujá mamão», igualmente já reunidas no jardim paraense.

Com uma conjuntura favorável e o interesse das autoridades, providências foram tomadas no Rio de Janeiro e em Olinda para garantir o sucesso da transferência das plantas. Em 1810, o botânico Kancke foi nomeado para diretor das culturas de plantas exóticas dos Jardins e Quintas Reais da Fazenda Santa Cruz, atual Quinta da Boa Vista.<sup>54</sup> Na Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde funcionava a Fábrica de Pólvora, também foram introduzidas – a partir de 1810 – muitas plantas enviadas de Caiena e Belém. Mais tarde, foi esse o local escolhido para centralizar os experimentos agrícolas com espécies exóticas, dando origem ao atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro.<sup>55</sup>

Quanto ao jardim de Olinda, parece ter sido criado efetivamente para receber as plantas de *La Gabrielle*, assim como servir de entreposto para as remessas que saíam de Caiena e Belém para o Rio de Janeiro. Vimos que

<sup>49</sup> Cf. LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>50</sup> O início das atividades do jardim fluminense ainda é um assunto a ser mais estudado. A julgar pelas informações de Rodrigues, o horto data de 1808, mas somente no ano seguinte há notícias da introdução de uma coleção de plantas orientais contrabandeadas por Luís de Abreu. Por sua vez, Oliveira afirma ter a organização do jardim se efetivado somente em 1819, enquanto Lopes faz referência à criação, em 1818, de «um jardim de plantas exóticas na Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, a princípio anexo ao Museu Real recém-criado [...]». Cf. RODRIGUES, J. B. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro: 1894; RODRIGUES, J. B. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Uma lembrança do 1.º Centenário: 1808-1908*. Rio de Janeiro: Oficinas da «Renascença», E. Bevilacqua & Cia., 1908; OLIVEIRA, J. C. *Cultura científica no Brasil durante o governo de D. João (1808-1821)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1997 (Tese de Doutorado); LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX*, op. cit., p. 40n.

<sup>49</sup> Cf. MEIRA FILHO, A. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: 1976.

<sup>50</sup> Cf. ALMEIDA, L. F. Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII, op. cit.

<sup>51</sup> CAMARA, M. A. Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil (1810). In: *Obras Reunidas*. Coligadas e com estudo biográfico por José Antônio Gonçalves de Melo. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 197.

<sup>52</sup> Id. ibid., p. 199.

<sup>53</sup> Id. ibid., p. 202.

as autoridades no norte tinham ordens para remeter «para todos os governos do Brasil», sempre que possível, lotes de plantas, «pois que só deste modo se pode assegurar a sua perfeita transplantação»<sup>56</sup>. Ainda em 1810, Manuel Arruda da Câmara, o autor do «Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins...», foi nomeado diretor do jardim pernambucano, mas não pôde assumir em virtude de sua morte<sup>57</sup>. Em ofício de 23 de abril de 1811, o intendente Maciel da Costa insistia com o Conde d'Aguilar, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior, para que fosse criado um horto botânico em Pernambuco, para onde vinha enviando muitas plantas<sup>58</sup>. Em 26 de abril, novo ofício avisava ao Conde d'Aguilar que em março havia sido expedida de Caiena a Real Galeota Princesa D. Maria Tereza, e que a embarcação haveria de deixar «plantas de especiarias» em Pernambuco<sup>59</sup>. Em 17 de julho, D. Rodrigo respondeu a Maciel da Costa, louvando sua iniciativa de mandar «a expedição por Pernambuco, onde ficaram parte das plantas que poderiam ter sofrido vindo até aqui, vindo as outras para esta cidade [...] que S. A. R. mandou logo para o estabelecimento da Lagoa de Freitas»<sup>60</sup>. D. Rodrigo também elogiou a iniciativa de mandar as plantas sob os cuidados do «hábil cultivador M. Germain [Étienne-Paul Germain]», a quem prometeu muitas recompensas. No Rio, Germain recebeu a incumbência de elaborar uma memória sobre a agricultura no Brasil e um projeto para a instalação de um curso de Botânica e Química. Logo em seguida, foi nomeado para dirigir o horto de Olinda.

O texto de Germain é interessante sob um aspecto. Para ele, a conquista da Guiana deveria ser vista apenas como um dos passos para a obtenção de «todos os produtos da Europa, das Américas e da Índia», pois o número de espécies aclimatadas em *La Gabriele* era limitado e existiam muitas outras que Portugal ainda não dispunha. A presença da Corte no Brasil poderia trazer muitas vantagens para este «Império florescente», desde que o governo continuasse a reunir as produções naturais dos dois hemisférios, aptas a serem aclimatadas no Brasil pela diversidade de climas existentes:

[...] trata-se apenas de cultivar em cada Província os produtos adequados a cada localização, lugar e clima, e assim, rapidamente, este Centro rico e em expansão apresentará ao Universo um novo espetáculo, um Império florescente, que acolherá todos os produtos vindos de ambos os Hemisférios [...].

<sup>56</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>57</sup> Cf. MELLO NETO, J. A. G. Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco, op. cit.

<sup>58</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d'Aguilar: Caiena, 23 de abril de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>59</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d'Aguilar: Caiena, 26 de abril de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>60</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

O Brasil já contém quase todos os produtos da Europa, junto àqueles da América; faltam apenas aqueles da Índia. A conquista de Caiena não oferece nenhuma vantagem de início; porém, considerando bem, torna-se essencial ao novo Império: ela já forneceu alguns dos produtos exclusivos locais, mas restam outros que deveriam ser transportados. At então o Brasil passará a reunir nas suas terras todos os produtos vindos da Europa, das Américas e da Índia. Estes produtos, cultivados cada um no clima adequado, logo irão se multiplicar, e então o Brasil, podendo ser auto-suficiente, oferecerá ao especulador o excesso de sua produção e atrairá o estrangeiro e o navegador o que estabelecerá uma preponderância na balança comercial. E então os Estados Europeus, de há muito os Mestres e os opressores das Américas, tornar-se-ão os tutelados pelo novo Império<sup>61</sup>.

O raciocínio de Germain, vinculando poder político e econômico a uma agricultura forte e diversificada, necessitava de um elemento básico: a posse de espécies com valor comercial. O restante viria em decorrência, seja pelos benéficos efeitos da natureza brasileira, seja pela ação de homens industriais. A estes deveria ser destinado o curso de Botânica e Química, um antigo projeto que D. Rodrigo parecia retomar.

Era intenção de D. Rodrigo «atrair ao Brasil hábeis cultivadores e homens industriais». Para isso, Maciel da Costa fez intensa propaganda em Caiena do governo português, garantindo aos moradores da cidade liberdade de culto, convencendo-os da benevolência do Príncipe Regente, e mandando imprimir e distribuir obras que fizessem do governo francês um «odioso», «iníquo e violento usurpador»<sup>62</sup>. Germain era um desses industriais que receberam arrejado de idoneidade. Na passagem por Pernambuco, ainda em 1811, escolheu o local e deixou uma relação dos vegetais plantados no novo horto. Eram mudas e sementes de cravo da Índia, noz moscada, «pommer de Cithere» (pinha, ata ou fruta do conde), carambola, sapotizeiro, jalapa e outras tantas<sup>63</sup>. Quando retornou em 1812, encontrou muitas plantas já aclimatadas e outras introduzidas pelo padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, encarregado provisoriamente do jardim. Em 1816, uma nova «Lista das Plantas que existem presentemente em o Real Jardim de Plantas em Olinda» foi apresentada ao governador por Germain. Nela constam 37

<sup>61</sup> «Memória em francês sobre a agricultura no Brasil, por M. Germain, precedida de duas cartas de Domingos Borges de Barros, sendo uma autógrafa». ANRJ, cód. 807, v. 10, 64, fl. 56a.

<sup>62</sup> Cf. REIS, A. C. F. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953. O mesmo tipo de propaganda foi feito na Corte, com a intenção de denegrir a imagem de Napoleão e legitimar a invasão da Guiana. Cf. NEVES, L. M. B. P. Da repulsa ao triunfo. Ideias francesas no Império Luso-Brasileiro, 1808-1815. *Anais Museu Histórico Nacional*, v. 31, 1999, p. 35-54.

<sup>63</sup> *Situation de la pépinière Royale des Epices & autres plantes Etrangères apportées de Cayenne, dans la goëlette du Roy La princesse Donna Maria Theres; laquelle pépinière Establie a Olinda par les soins de Ordre de son Excellence Monseigneur Caetano Pinto de Miranda Montenegro commandeur de l'ordre du Christ gouverneur & Capitaine General de la province de Pernambuco*. Olinda, 20 juin, 1811, apud MELLO NETO, J. A. G. Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco, op. cit., p. 43.

variedades de plantas em 2.541 pés, a grande maioria transportada de Caiena <sup>64</sup>. Germain ficou no cargo até a morte, em 1817.

Instalado o horto de Olinda em 1811, consolidou-se a rota de transplantação, não raro acontecendo de remessas de plantas serem enviadas do Pará para Caiena, e daí para o sul <sup>65</sup>; ou do Rio de Janeiro para Pernambuco <sup>66</sup>. Como prova do efetivo entrosamento entre os diversos hortos, Jobim cita um pedido de sapotizeiros e «pequis da Guiana» formulado em 1811 pelo padre João Ribeiro. Do Rio de Janeiro sua carta voltou a Pernambuco, sendo em seguida expedida para Maciel da Costa pelo governador da capitania, que prontamente enviou de Caiena as mudas solicitadas <sup>67</sup>.

Maciel da Costa foi uma figura chave na concretização da rede de jardins luso-brasileiros. Nos balanços e relatórios que enviou para a Corte, fez detalhadas descrições sobre *La Gabrielle* e demonstrou como os portugueses poderiam lucrar com o jardim, inclusive financeiramente. A administração do complexo agrário da Guiana era uma de suas preocupações centrais, motivo pelo qual concentrou a comercialização de especiarias nas mãos do governo e instituiu rígidas medidas disciplinares para as pessoas envolvidas com o cultivo e exportação dos produtos. Por exemplo, no balanço que efetuou em 1811 sobre os primeiros anos da administração de Caiena, o intendente dá conta ao Conde d'Aguilar do número de escravos empregados em *La Gabrielle*, de árvores frutíferas, sua produção média e despesa <sup>68</sup>. Maciel da Costa admirava-se de que os franceses não tivessem contabilizado os rendimentos desse estabelecimento, pois o considerava

[...] fazenda verdadeiramente Real, por sua grandeza, qualidade de suas produções e por sua beleza rústica, porque nada tem de obras [...]. É um dos grandes recursos para as necessidades públicas, por que o Girofle [cravo da Índia] que é muito procurado dos Estados Unidos, faz às vezes de numerário para a compra de fornecimentos [...]. E conhecendo que a reputação deste país provém principalmente das especiarias de que noutro tempo os Holandeses tinham grande ciúme, proibi a saída das plantas para países estrangeiros [...] <sup>69</sup>.

Esse trecho revela a importância comercial da cultura de especiarias. Os metuculosos inventários de plantas realizados nos jardins do Pará, de

<sup>64</sup> «Lista das Plantas que existem presentemente em o Real Jardim de Plantas em Olinda». Olinda, 28 de julho de 1816. ANRJ, cód. 807, v. 7, 197, fl. 188a.

<sup>65</sup> Cf. Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d'Aguilar. Caiena, 26 de fevereiro de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>66</sup> Cf. «Relação das plantas vivas que da Lagoa de Freitas se remeterem para Pernambuco», 5 de fevereiro de 1814, apud *Flora Fluminense*. Documentos, op. cit., p. 293.

<sup>67</sup> Cf. Jobim, L. C. Os Jardins Botânicos no Brasil Colonial, op. cit.

<sup>68</sup> *Habitation Royale des Epiceriers, dite la Gabrielle*, anexo no. 11 do referido balanço. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>69</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d'Aguilar. Caiena, 28 de abril de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

Caiena ou de Olinda, enviados a Lisboa e depois ao Rio de Janeiro, funcionavam não apenas como relações de espécies vegetais conquistadas à natureza e aos países considerados concorrentes, mas como bens econômicos mais valiosos quanto maior fosse a cotação das plantas no mercado. O valor dado a essas plantas pode ser comprovado nas crises monetárias, como a referida por Maciel da Costa, quando muitas delas eram utilizadas como moeda corrente para pagamentos, principalmente o cravo da Índia, a noz-moscada e a canela.

O valor das plantas cultivadas em *La Gabrielle* justificou duas «Ordenanças» de Maciel da Costa, uma, de 24 de fevereiro de 1810, proibindo «levar para fora da colônia [...] planta ou semente de Girofle [cravo da Índia], Muscada [noz-moscada], Canela e Pimenta sem permissão do Governo [...]» <sup>70</sup>; outra, de 19 de julho de 1810, determinando o modo de arrecadar os dividendos com a comercialização dos produtos. No item XI consta:

A respeito das especiarias, guardar-se-á o mesmo método até aqui praticado. O Diretor da Gabrielle com ordem do Intendente Geral entregará todo o produto da colheita ao Comissário do Armazém Real dos gêneros coloriais, o qual depois de o fazer pesar o recolherá, dará Recibo ao Diretor e enviará ao Escritório da Fazenda a relação do que recebeu com a certidão do peso, para ser registrada e carregado o produto em Receita ao dito Comissário. Quanto à Saída, nenhuma se fará senão por ordem assinada pelo Intendente, registrada pelo Escritório e lançada em descarga ao Comissário. Os que pretendem comprar especiarias ou quaisquer outras coisas do Armazém, dirijirão suas proposições por escrito com declaração das condições à Secretaria da Intendencia, as quais serão examinadas na primeira conferência, e sendo aceitas, dar-se-á ordem para a entrega <sup>71</sup>.

As melhores safras de *La Gabrielle* ocorreram em 1812 e 1814. Em 1815 a fazenda deu prejuízo, ano de «colheita quase nula e não produziu senão cravo, canela e pimenta». A maior parte da produção seguia para a Inglaterra, Estados Unidos e Pará, de onde era re-exportada <sup>72</sup>. Além da exportação, Maciel da Costa também destinou as especiarias à Corte. Em abril de 1811, enviou ao Rio de Janeiro nove caixas com cravo, canela, pimenta e amostras da pimenta branca, pedindo que o informassem do gasto anual da Casa Real <sup>73</sup>. Também enviou doces, móveis, produtos de história natural e pequenos presentes feitos com asas de insetos. Por sugestão de D. Rodrigo, recebeu em Caiena, vindos do Pará, «alguns Rapazes hábeis e com talentos»,

<sup>70</sup> «Ordenança...», 24 de fevereiro de 1810. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>71</sup> «Ordenança...», 19 de julho de 1810. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>72</sup> «Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)» e «Mapa Geral das Importações e Exportações da Colônia de Caiena e Guiana. Anos 1812 a 1815». ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>73</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d'Aguilar. Caiena, 23 de abril de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

os quais foram entregues a Martin «para que aprendessem a Botânica e o cultivo de plantas». Em seguida, seriam enviados às diversas capitâneas do Brasil para propagarem as culturas<sup>74</sup>.

Maciel da Costa pode ser considerado um dos mais ativos incentivadores do cultivo de especiarias, exemplo do empenho com que as autoridades portuguesas buscaram difundir novas culturas na colônia e, sem dúvida, um elemento fundamental para o bem sucedido intercâmbio entre os quatro jardins mencionados. Em novembro de 1817, após a assinatura do acordo entre Portugal e França que restituiria a Guiana à sua antiga metrópole, Maciel da Costa deixou Caiena em direção ao Rio de Janeiro, levando consigo mais uma remessa de plantas. Em maio do ano seguinte, D. João VI decretou a ampliação do horto fluminense, a mudança do nome para Real Jardim Botânico (anexo ao Museu Real) e nomeou Maciel da Costa para dirigir as plantações de cravo e outras especiarias<sup>75</sup>.

O ano de 1817 é um importante marco para os jardins luso-brasileiros. Na Guiana, Maciel da Costa deixava *La Gabrielle* desprovida de boa parte de suas mudas. Martin deixara a administração do estabelecimento um ano antes, e certamente não testemunhou o estado em que foi devolvido ao governo francês. Em Olinda, a morte de Germain e os acontecimentos políticos que antecederam a Independência teriam deixado no esquecimento o jardim botânico. Segundo Mello Neto, chegou-se a autorizar a transferência das plantas para uma propriedade particular, a fim de salvar o pouco que restava<sup>76</sup>. Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius, de passagem pela cidade em 1819, falam que o jardim havia sido extinto<sup>77</sup>, mas o certo é que continuou a funcionar – apesar das dificuldades – no mesmo local demarcado por Germain, pelo menos até a década de 1840<sup>78</sup>.

No Pará, o ano de 1817 foi o da posse do último governador da capitania, Antônio José de Souza Manoel de Menezes. Conde de Villa Flor, que administrou a província até 1820. Ele certamente encontrou o complexo comercial-científico de Belém mal conservado, o que se explica tanto pela grave crise financeira que a Junta de Sucessão Provisional enfrentou nos anos em que administrou o Estado, de 1810 a 1817, como pelo revés que a política de incentivo aos jardins botânicos sofreu com a morte de D. Rodrigo de Souza

<sup>74</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. ANRJ, Fundo Caiena, OF, cx. 1192, SDE. Não encontramos nos documentos consultados o número de rapazes enviados a Caiena, nem seus nomes. Tampouco, se realmente seguiram para outras capitâneas.

<sup>75</sup> Cf. RODRIGUES, J. B. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Uma lembrança do 1.º Centenário, 1808-1908*, op. cit.

<sup>76</sup> Cf. MELLO NETO, J. A. G. Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco, op. cit.

<sup>77</sup> Cf. SPIX, J. B. von e MARTIUS, K. F. von, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 3v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

<sup>78</sup> Cf. FREYER, G. O Horto del Rei em Olinda. *Rev. Inst. Arqueol. Pernambuco. Recife*: IAP, n. 37, 1942, p. 208-214.

Coutinho, em 1812. Nesses anos, o tema da primazia agrícola começou a receber duras críticas, sendo significativo o protesto de José Acúrcio das Neves contra a «redução da economia portuguesa à agricultura», publicado em 1814 pela Imprensa Régia de Lisboa<sup>79</sup>. A conjuntura econômica e política mudava rapidamente e a rede que parecia destinada a perdurar graças às plantas vindas de Caiena, logo foi abandonada. Isso não significou, entretanto, o fim dos jardins botânicos, sobretudo o de Belém, ativo até a década de 1870<sup>80</sup>, e o do Rio de Janeiro, ainda funcionando.

### Considerações finais

Para concluir, podemos afirmar que a rede de intercâmbios vegetais montada em território luso-brasileiro, entre 1790 e 1820, constituiu a primeira iniciativa da Coroa portuguesa para institucionalizar a pesquisa científica no espaço ultramarino, conforme a política agrarista do final do século XVIII. Essa rede demonstra não apenas uma notável capacidade de articulação, primeiramente a partir de Lisboa e depois do Rio de Janeiro, como também a maneira pragmática pela qual as ciências naturais foram arregimentadas em benefício do Império. Os jardins luso-brasileiros foram responsáveis pela introdução, aclimação e disseminação de muitas espécies vegetais pelo país, incluindo algumas que, mais tarde, teriam importância econômica, como a cana caiana. Por outro lado, contribuíram também para a transformação de hábitos culturais da população, principalmente a alimentação.

Localmente, os jardins instalados em Belém, Olinda e Rio de Janeiro tornaram-se pontos de referência para os habitantes dessas cidades, seja como marcos urbanos ou espaços de sociabilidade. No caso de Belém, a construção do jardim foi acompanhada por uma reforma urbana que permitiu a interiorização da cidade e traçou os principais eixos de crescimento urbano do século XIX. Os princípios seguidos na reforma – drenagem, aterramento e ajardinamento de áreas incultas – foram os mesmos seguidos na construção dos Passos Públicos de Lisboa (1764-1830), do Rio de Janeiro (1779-1783) e de Salvador (1810), confirmando como as exigências salubristas do Século das Luzes interferiram na urbanização das cidades coloniais do Brasil, «transformando a outrora mitológica

<sup>79</sup> Apud WEHNING, A. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do IHGB*, 1977, v. 316, p. 201.

<sup>80</sup> Ver, por exemplo, o novo ciclo de atividades iniciado no jardim paraense em 1818, graças aos trabalhos do médico português Antonio Correa de Lacerda (1777-1852). Cf. SANJAD, N. *Nos Jardins de São José*: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873, op. cit.; e SANJAD, N. *Cólera e medicina ambiental no manuscrito 'Cholera-morbous' (1832)*, de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852). *História, Ciências, Saúde – Mangueiras*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2004, p. 587-618.

relação com a natureza numa atitude pragmático-funcionalista, atribuindo-se às plantas uma utilidade saneadora e higienizadora dos ambientes e que vai justificar doravante a presença da vegetação nos aglomerados urbanos»<sup>81</sup>. A reforma de Belém só teve paralelo no final do século XIX, quando os vestígios do complexo agrícola-comercial de Belém, conhecidos como os jardins de São José, foram apagados por nova fase de crescimento urbano acelerado.

---

<sup>81</sup> SEGAWA, H. *Ao Amor do Público. Jardins no Brasil*, op. cit., p. 16.